

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	17
6. TRIBUTOS RECUPERÁVEIS	18
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	18
8. FORNECEDORES	20
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	20
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
11. PROVISÕES	22
12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	23
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
14. RECEITA	26
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	27
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	28
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	28
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	30
19. COMPROMISSOS	34
PARECER DO CONSELHO FISCAL	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 35.000 mil, representado por 35.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Fator de capacidade

O fator de capacidade (FC) representa a relação entre a energia efetivamente produzida por uma usina e a quantidade de energia que ela poderia gerar caso operasse continuamente em sua potência máxima durante determinado período.

Esse indicador mede o grau de aproveitamento da capacidade instalada da usina. Seu cálculo é realizado pela razão entre a energia efetivamente gerada e a energia máxima teórica, obtida pelo produto da potência instalada pelo total de horas do período analisado.

O FC é uma métrica essencial para avaliar a performance e confiabilidade de uma usina. Um fator de capacidade alto indica que a usina opera próximo à sua capacidade máxima na maior parte do tempo, aproveitando ao máximo seu potencial de geração. Já um FC baixo pode indicar problemas operacionais ou limitações naturais, como variações climáticas em usinas solares e eólicas.

O FC influencia no valor do ajuste da energia. Em 2025 o FC da Companhia foi 0,4156

Volume de geração de energia

Volume de geração em MWh	2025	2024
Energia gerada	104.854	92.814
Energia contratada	73.525	73.525

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$40.007 mil em 2025, em comparação ao lucro de R\$38.305 mil em 2024, representando um aumento de 4,44%.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$72.098 mil em 2025, em comparação a R\$65.021 mil em 2024. A variação da receita é associada ao volume de energia gerada no período, 104.854 MWh em 2025, comparado a 92.814 MWh em 2024.

Deduções à Receita Operacional

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.860 mil em 2025, comparados a R\$2.587 mil em 2024. As deduções à receita operacional acompanham a movimentação da receita.

Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$31.106 mil em 2025, em comparação a R\$23.881 mil em 2024, representando um aumento de 30,25%. Esse aumento decorre, principalmente, da reavaliação do custo de desmantelamento de R\$6.867 realizado em dezembro de 2024 reduzindo o grupo de despesas.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2025 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$ 2.883 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$122 mil em 2024, representando um aumento de 2263,11%. Essa variação decorre, principalmente, da diminuição do rendimento de aplicações financeiras, onde houve o resgate de aplicações para pagamento de dividendos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$ 3.868 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$ 2.957 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento da receita de geração em 2025.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais. Em 2025, o LAJIDA da Companhia foi de R\$50.536 mil (R\$50.436 mil em 2024) e a Margem do LAJIDA foi de 70,32% (77,57% em 2024).

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	40.007	38.305	4,44
Despesa de IR e CS	3.868	2.957	30,81
Resultado Financeiro	(2.883)	(122)	2.263,11
Amortização e Depreciação	9.544	9.296	2,67
LAJIDA ⁽¹⁾	50.536	50.436	0,20

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de garantir a adequada funcionalidade e a máxima disponibilidade do empreendimento, a Central Eólica Praias de Parajuru realiza investimentos contínuos destinados à manutenção de seus processos operacionais e rotinas de inspeção, além de assegurar o atendimento a todos os requisitos legais ambientais e de segurança aplicáveis ao setor de energia eólica.

Utilizando técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado um diagnóstico completo das instalações, equipamentos e sistemas, com o propósito de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade dos aerogeradores e da infraestrutura de apoio, reduzir riscos operacionais e funcionais, proteger pessoas e equipamentos, e assegurar o pleno cumprimento das exigências ambientais, regulatórias e demais obrigações legais do setor.

Em 2025, a Companhia investiu um total de **R\$ 2.758 mil**, valor que contemplou a instalação de um sistema de monitoramento de vibração dos aerogeradores, os serviços de montagem, desmontagem e transporte de aerogeradores para manutenção, a aquisição de pedras para recuperação do talude, a compra de dois cubículos de seccionamento para uma derivação dos aerogeradores (destinados ao estoque de reserva), além de outros serviços, equipamentos e materiais necessários à adequada manutenção do parque eólico.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 40.007 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$20.004 mil para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, dos quais R\$12.226 mil foram pagos em 2025 como dividendos intermediários; e
- R\$20.003 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Em 2025, a Reserva Legal da Companhia atingiu o limite legal de 20% do Capital Social, conforme previsto na legislação societária vigente, razão pela qual não foram efetuadas novas destinações para essa reserva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Central Eólica Praias de Parajuru é grata à Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral

Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	943	5.250
Títulos e Valores Mobiliários	4	9.471	7.743
Contas a receber de cliente	5	24.160	18.792
Tributos a recuperar	6	1.837	1.655
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	164	752
Outros ativos		204	193
TOTAL DO CIRCULANTE		36.779	34.385
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores mobiliários	4	-	2.920
Partes relacionadas notas de crédito	17	843	843
Tributos a recuperar	6	1.676	1.406
Imobilizado	7	108.153	110.395
Direito de uso		72	109
Outros ativos		371	89
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		111.115	115.762
ATIVO TOTAL		147.894	150.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	17.590	17.389
Impostos, taxas e contribuições	9	861	894
Dividendos a pagar	13	15.872	18.535
Arrendamentos		46	44
Outras Obrigações		562	604
TOTAL DO CIRCULANTE		34.931	37.466
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições	9	2.236	1.763
Impostos de renda e de contribuição social diferidos	10b	431	303
Provisão para desmobilização de ativos	12	20.211	13.944
Provisão para contingências	11	632	559
Arrendamentos		33	73
Outros passivos		88	81
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.631	16.723
TOTAL DO PASSIVO		58.562	54.189
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		35.000	35.000
Reservas de lucros		54.332	60.958
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		89.332	95.958
PASSIVO TOTAL		147.894	150.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	14	72.098	65.021
CUSTOS			
Custos com energia elétrica	15a	(3.837)	(3.490)
Custos de operação	15b	(24.441)	(23.684)
		(28.278)	(27.174)
LUCRO BRUTO		43.820	37.847
DESPESAS	15b		
Despesas gerais e administrativas		(1.960)	(1.392)
Outras despesas		(868)	(2.182)
Outras receitas		-	6.867
		(2.828)	3.293
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		40.992	41.140
Receitas financeiras	16	4.658	2.642
Despesas financeiras	16	(1.775)	(2.520)
		2.883	122
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		43.875	41.262
Imposto de renda e contribuição social correntes	10c	(3.740)	(2.915)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	(128)	(42)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		40.007	38.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	40.007	38.305
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	40.007	38.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	35.000	5.765	51.085	-	91.850
Aprovação de dividendos adicionais	-	-	(15.662)	-	(15.662)
Resultado do período	-	-	-	38.305	38.305
Destinação do resultado proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	1.235	-	(1.235)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(18.535)	(18.535)
Dividendos adicionais propostos	-	-	18.535	(18.535)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	35.000	7.000	53.958	-	95.958
Dividendos extraordinários	-	-	(8.094)	-	(8.094)
Resultado do período	-	-	-	40.007	40.007
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	-	(18.535)	-	(18.535)
Destinação do resultado proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(20.004)	(20.004)
Dividendos adicionais propostos	-	-	20.003	(20.003)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	35.000	7.000	47.332	-	89.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	40.007	38.295
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	3.868	2.957
Depreciação e amortização (Nota 15)	9.504	9.257
Amortização do direito de uso	40	39
Juros passivo de arrendamento	7	9
Juros e variações monetárias (Nota 16)	(4.602)	(1.662)
PIS/COFINS diferidos (Nota 14)	179	34
Provisões (Nota 11)	71	69
Baixa líquida de ativo imobilizado (Nota 7)	-	369
Variação monetária - desmobilização de ativos (Nota 12)	1.761	2.421
Reavaliação provisão para desmantelamento (Nota 12)	-	(6.867)
	50.835	44.921
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	(5.368)	356
Tributos Recuperáveis (Nota 6)	(2.886)	(1.338)
Outros ativos	(293)	(51)
	(8.547)	(1.033)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 8)	201	12.838
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 9)	440	481
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 10)	-	(1.321)
Provisão para contingências (Nota 11)	2	5
Outras obrigações	(35)	(370)
	608	11.633
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	42.896	55.521
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos (Nota 10)	(897)	(1.740)
Juros Recebidos (Nota 4)	4.508	1.533
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	46.507	55.314
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações Em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	(49.996)	(49.902)
Resgates Em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	51.282	46.117
Adição ao Imobilizado (Nota 7)	(2.756)	(33.814)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.470)	(37.599)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 13)	(49.296)	(15.662)
Arrendamentos pagos	(48)	(37)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(49.344)	(15.699)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.307)	2.016
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	5.250	3.234
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	943	5.250
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.307)	2.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Praias de Parajuru, localizada no município de Beberibe (CE).

A usina eólica de Parajuru foi autorizada a operar como produtora independente de energia elétrica por 30 anos, nos termos da Resolução ANEEL nº 526/2002, com vigência de 29/09/2002 a 25/09/2032. Toda energia gerada é comercializada por meio do PROINFA.

Após o encerramento do contrato PROINFA, a usina poderá comercializar a energia no Mercado Livre até o fim da sua autorização

A Potência Instalada da usina é de 28,8MW, com 9,25 MW de Garantia Física, sendo composta por 19 aerogeradores de 1,5MW cada, com torres de 85 metros de altura média.

Em março de 2026, a Central Eólica Praias de Parajuru está com todos seus 19 aerogeradores em operação.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) positivo de R\$1.848 (negativo de R\$3.081 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia monitora continuamente o fluxo de caixa e adota as medidas necessárias para manter o equilíbrio patrimonial. A empresa apresenta histórico de geração de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme demonstrado nas Demonstrações do Resultado e nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, e estima que os recursos disponíveis, somados ao fluxo de caixa das operações, serão suficientes para atender às necessidades de capital de giro, investimentos e demais obrigações pelos próximos 12 meses, contando ainda com linhas de crédito disponíveis nas instituições financeiras com as quais mantém relacionamento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 31 de julho de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 11 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);

- Nota 12 – Desmobilização de ativos;
- Nota 18 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está em processo de avaliação do impacto da nova norma contábil, particularmente no que se refere à estrutura da demonstração de resultados, à demonstração dos fluxos de caixa e às divulgações adicionais exigidas para medidas de desempenho (MPMs). A Companhia também está	

Norma e principais alterações**Início da vigência**

avaliando o impacto sobre a forma como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo para itens atualmente rotulados como “outros”.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas contábeis.

01/01/2027

A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

Indexador	Taxa média a.a.%		2025	2024
	2025	2024		
Contas bancárias			60	1.796
Aplicações financeiras				
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91% a 12,15 %	
			883	3.454
Total			943	5.250

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	8.264	6.063
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	1.089	1.571
Outros				118	109
				9.471	7.743
Não circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	-	2.920
				-	2.920
Total				9.471	10.663

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 18. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2025	2024
Venda de energia faturada	7.703	7.251
Ajuste de energia ⁽¹⁾	16.457	11.541
Total	24.160	18.792

(1) O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada pela Eletrobras (Axia) no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício e garantia de pagamento pela Eletrobras de valor mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada.

	2025	2024
Energia gerada em MWh – não revisado	104.854	92.814
Energia faturada/contratada em MWh – não revisado	73.525	73.525
Ajuste de energia em MWh – não revisado	31.329	19.289
Ajuste de energia em R\$ mil	16.457	11.541

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 18.

Política contábil material

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A parcela não faturada refere-se ao ajuste de excedente de energia.

6. TRIBUTOS RECUPERÁVEIS

	2025	2024
Circulante		
COFINS	1.347	1.326
PASEP	334	329
ICMS	156	-
	1.837	1.655
Não Circulante		
COFINS	298	246
PASEP	1.378	1.136
	1.676	1.406
Total	3.513	3.061

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	5,25						
Edificações, obras civis, benfeitorias		682	(48)	634	47	(12)	35
Máquinas e equipamentos		218.096	(149.066)	69.030	211.878	(139.598)	72.280
Móveis e utensílios		37	(29)	8	37	(27)	10
		218.815	(149.143)	69.672	211.962	(139.637)	72.325
Em curso		38.481	-	38.481	38.070	-	38.070
Total		257.296	(149.143)	108.153	250.032	(139.637)	110.395

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço							
Edificações, obras civis, benfeitorias	47	-	635	635	682	(48)	634
Máquinas e equipamentos	211.878	4.506	1.712	6.218	218.096	(149.066)	69.030
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	(29)	8
	211.962	4.506	2.347	6.853	218.815	(149.143)	69.672
Em curso	38.070	2.758	(2.347)	411	38.481	-	38.481
Total	250.032	7.264	-	7.264	257.296	(149.143)	108.153

	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Valor Bruto em 2024	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2024
Em serviço								
Máquinas e equipamentos	208.858	-	(369)	3.389	3.020	211.878	(139.598)	72.280
Móveis e utensílios	37	-	-	-	-	37	(27)	10
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	-	-	-	-	47	(12)	35
	208.942	-	(369)	3.389	3.020-	211.962	(139.637)	72.325
Em curso	7.645	33.814		(3.389)	30.425	38.070	-	38.070
Total	216.587	33.814	(369)	-	33.445	250.032	(139.637)	110.395

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2025, a taxa média de depreciação anual foi de 5,25% (5,15% em 2024), para o imobilizado.

Política contábil material

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os ativos intangíveis compreendem os *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

A amortização é calculada sobre o saldo das ativos intangíveis, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por

desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Materiais e serviços	17.590	17.389
Total	17.590	17.389

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
ICMS	1	1
COFINS	316	316
PASEP	68	68
INSS	198	212
Outros	278	297
	861	894
Não Circulante		
COFINS	1.838	1.449
PASEP	398	314
	2.236	1.763
Total	3.097	2.657

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	296	730
Contribuição Social	(132)	22
Total	164	752

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	283	202
Contribuição Social	148	101
Total	431	303

A Companhia possui passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos passivos fiscais diferidos é como segue:

	Saldo em 31/12/2024	DRE	Saldo em 31/12/2025
Não Circulante			
Imposto de Renda LP Caixa X Competência	202	81	283
Contribuição Social LP Caixa X Competência	101	47	148
Total	303	128	431

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	70.042	70.042
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.603	8.405
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	4.679	4.679
Outras Receitas Financeiras	47	47
Base de Cálculo Lucro Presumido	10.329	13.131
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.549	1.182
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	1.009	-
IR e CS - Lucro Presumido	2.558	1.182
Rendas Aplicações	4.611	4.611
Provisão Rendas Aplicações	(4.679)	(4.679)
Rendas Aplicações Não-resgatadas	(68)	(68)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos	(17)	(6)
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	4.916	4.916
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	393	590
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	98	53
Corrente	2.558	1.182
Diferido	81	47

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	66.669	66.669
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.334	8.000
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.665	1.665
Outras Receitas Financeiras	939	939
Base de Cálculo Lucro Presumido	7.937	10.604
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.191	954

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	770	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.960	954
Rendas Aplicações	1.704	1.704
Provisão Rendas Aplicações	(1.665)	(1.665)
Rendas Aplicações Não-resgatadas	39	39
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos	10	3
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	939	939
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	75	113
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	19	10
Corrente	1.960	955
Diferido	28	14

Política contábil material

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas tributadas pelo regime de caixa.

11. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia é parte dos seguintes processos judiciais e administrativos:

	2024	Adições	Reversões	Liquidações	2025
Tributárias	-	-	-	-	-
Outras	559	76	(3)	-	632
	559	76	(3)	-	632

	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Tributárias	-	-	-	-	-
Outras	485	74	-	-	559
	485	74	-	-	559

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$16.868 (R\$15.818 em 31 de dezembro de 2024).

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia é parte de processos de natureza patrimonial e administrativa, relacionados a indenizações para aquisição de áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, sendo o valor das contingências de R\$662 (R\$559 em 31 de dezembro de 2024), em que foram provisionados R\$632 (R\$559 em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil material

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato e cujo impacto contábil é avaliado em consonância com o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, a Companhia está autorizada a operar até setembro de 2032. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos

estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

A taxa de atualização utilizada é o INCC (índice nacional de custos da construção civil).

Para avaliação da provisão para desmantelamento foi utilizada a taxa NTN – B Principal (Tesouro IPCA) que é a mais apropriada para desconto da provisão, por considerar resgate dos títulos em prazo de vencimento aproximado à previsão de desembolso.

Neste contexto, a taxa foi atualizada para 6,07%, utilizando a média da NTN – B Principal, venda e compra, com vencimento em 2035, onde foi entendido que os efeitos monetários eram relevantes e deveriam a ser refletidos na provisão.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2023	416
Amortização	(48)
Remensuração	(368)
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2024	-
Amortização	-
Remensuração	4.506
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2025	4.506

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.759
Variação Monetária	2.421
Remensuração	(7.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.944
Variação Monetária	1.761
Remensuração	4.506
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.211

	Valor nominal em 31/12/2025	Valor presente em 31/12/2025	Índice de atualização
Desmantelamento Parajuru	22.138	15.705	INCC

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$35.000, representado por 35.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2025	2024
Reserva legal	7.000	7.000
Reserva de retenção de lucros	47.332	53.958
Total	54.332	60.958

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória até os limites estabelecidos pela legislação e tem como finalidade preservar a integridade do Capital Social, sendo sua utilização restrita à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Em 2025, a Reserva Legal da Companhia atingiu o limite legal de 20% do Capital Social e, por esse motivo, não foram realizadas novas destinações para essa reserva.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Resultado do exercício	40.007	38.305
Reserva legal constituída	-	(1.235)
	40.007	37.070
Dividendos mínimos obrigatórios	20.004	18.535
Dividendos adicionais propostos	20.003	18.535
Total	40.007	37.070

Destinação do resultado de 2025 – Proposta da Administração

Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$40.007, seja dada a seguinte destinação:

- R\$20.004 para pagamento de dividendos mínimos obrigatório, dos quais R\$12.226 foram pagos em 2025 como dividendos intermediários; e
- R\$20.003 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

14. RECEITA

	2025	2024
Venda de energia	74.958	67.608
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (a)	(2.860)	(2.587)
Receita líquida	72.098	65.021

(a) Deduções à Receita Operacional

	2025	2024
PIS/COFINS correntes	(2.556)	(2.433)
PIS/COFINS diferidos	(179)	(34)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	(125)	(120)
Total	(2.860)	(2.587)

Política contábil material

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

A receita é reconhecida conforme contrato firmado no âmbito do Proinfa. A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento. O valor da energia contratada é reajustado anualmente a partir de junho, considerando a inflação dos 12 meses anteriores, pelo índice IGPM.

Estimativas e julgamentos

O fornecimento de energia é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente. A Companhia auferir receitas provenientes do fornecimento de energia elétrica e

reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento. Para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada.

O valor de ajuste de energia pode variar em função do fator de capacidade conforme previsão contratual.

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos com energia elétrica

	2025	2024
Encargos de uso da rede básica de distribuição	3.837	3.490
Total	3.837	3.490

b) Custos e despesas

	Custos		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Material	388	516	-	-	-	-	388	516
Pessoal e administradores	-	-	1.021	1.392	-	-	1.021	1.392
Depreciação e amortização	9.544	9.296	-	-	-	-	9.544	9.296
Serviços de terceiros (c)	13.072	12.440	868	-	-	1.383	13.940	13.823
Provisões	-	-	71	-	-	69	71	69
Arrendamentos e Aluguéis	1.427	1.422	-	-	-	-	1.427	1.422
Outros	10	10	-	-	868	730	878	740
Total	24.441	23.684	1.960	1.392	868	2.182	27.269	27.258

1) As despesas gerais e administrativas se referem, em sua maioria, ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações vide nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

c) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção, conservação e instalação	10.332	10.538
Mão de obra contratada	1.895	1.565
Tecnologia da informação	336	316
Vigilância	340	334
Meio Ambiente	85	131
Conservação e Limpeza de Prédios	46	289
Auditoria Externa	38	36
Consultoria	-	24
Transporte	4	11
Regularização de Imóveis	162	263
Estudos e avaliações de imóveis	-	181
Outros	702	135
Total	13.940	13.823

d) Outras receitas

	2025	2024
Reavaliação provisão para desmantelamento	-	6.867

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.611	1.704
Variações monetárias	43	42
Variações cambiais	-	885
Outras receitas financeiras	4	11
	4.658	2.642
Despesas Financeiras		
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(1.761)	(2.421)
Outras despesas financeiras	(14)	(99)
	(1.775)	(2.520)
Resultado financeiro líquido	2.883	122

Política contábil material

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	540	433	-	-	(1.330)	(774)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(740)
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	591	294	-	-	(1.082)	(1.565)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Notas de crédito

Empresas relacionadas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Notas de crédito								
Central Eólica Volta do Rio S.A.	843	843	-	-	-	-	-	-

A Companhia possui direito a reembolso junto à Central Eólica Volta do Rio em função de pagamentos de despesas realizados em nome das Centrais Eólicas Praias de Parajuru por serviços prestados pela WEG para a recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	15.954	18.535	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$20.086, dos quais R\$12.226 foram pagos como dividendos intermediários, e R\$8.094 a título de dividendos adicionais. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 13.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	882	3.454	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	9.471	7.743	-	-	102	171	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	2.920	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes

aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	94	93
Participação nos resultados	37	28
Previdência privada	4	7
Total	135	128

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, os quais são remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as políticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Justo ⁽¹⁾
Ativos					
Custo amortizado					
Contas a receber de cliente		24.160	24.160	18.792	18.792
Títulos e Valores Mobiliários		119	119	109	109
Partes relacionadas		879	879	879	879
		25.158	25.158	19.780	19.780
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	2	883	883	3.454	3.454
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	8.263	8.263	8.983	8.983
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.089	1.089	1.571	1.571
		10.235	10.235	14.008	14.008
		35.393	35.393	33.788	33.788
Passivos					

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Justo ⁽¹⁾
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(17.754)	(17.754)	(17.389)	(17.389)
		(17.754)	(17.754)	(17.389)	(17.389)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	17.754	-	-	-	-	17.754
Passivo de arrendamento	4	8	36	28	-	76
	17.758	8	36	28	-	17.830

Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus

consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Riscos operacionais

Escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Apesar do risco descrito acima, a Companhia não sofreu impactos relevantes, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024	2023	2022	2021
Energia gerada em MWh	104.854	92.814	91.533	82.610	88.192
Ajuste de energia em MWh	31.329	19.289	18.008	9.085	14.667
Ajuste de energia em R\$ mil	16.457	11.541	10.602	7.137	9.007

Política contábil material

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- Contas a receber de clientes;

- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

19. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
367,02	02/02/2002	02/02/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 31-12-2025., acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2026.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2026.

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro Fiscal

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal